

MANUEL LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo: Uma contribuição para a compreensão da política industrial do Estado Novo

283

A partir da 2.ª Guerra Mundial, as políticas industriais seguidas pelo Estado Novo tornaram-se ainda mais ambíguas e, frequentemente, contrapunham a um discurso "desenvolvimentista" uma prática de resistência à industrialização. Simples dificuldades inerentes aos processos de mudança, e/ou a expressão da influência e do poder de grupos sociais "ruralistas", adversários de qualquer alteração do "status quo"? Na charneira do crescimento industrial do país encontravam-se as "empresas-

oficinas" de "Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo", que dominavam a estrutura industrial e que, geralmente, pretendiam ampliar as suas actividades. Neste texto, dirigimos a nossa análise para o discurso e para a legislação referente àquele tipo de trabalho, de modo a identificar os valores e as atitudes dos dirigentes que, expressando as posições de grupos sociais bem definidos na sociedade portuguesa, influenciavam a definição e implementação das políticas industriais.

DA década de trinta à década de setenta, a intervenção indirecta do Estado Novo na economia portuguesa assumiu várias formas, destacando-se entre outras a regulamentação jurídica do Condicionamento Industrial.

Em trabalho anterior (Lisboa, 1985), tivemos oportunidade de mostrar a existência de três fases no Condicionamento Industrial: de 1930 a 1940, implementação e alargamento do "condicionamento administrativo" à quase totalidade da indústria; década de cinquenta, de transição para o "condicionamento técnico"; e finalmente, de meados da década de sessenta até 1973, em que só os critérios técnicos e de saúde pública deveriam ser considerados. Se no primeiro período parece ter havido a preocupação de construir o "aparelho legal" que permitisse ao Estado Novo controlar económica e politicamente a Indústria, na década de cinquenta a legislação publicada anunciava mudanças nos critérios de condicionamento e, aparentemente, indicava o fim progressivo desta forma de intervenção na economia (1)

1. Os problemas

(1) Veja-se por exemplo a Lei n.º 2052 de 11/3/1952 e o Dec. lei n.º 39634 de 5/5/1954.

que, a concretizar-se, seria da maior importância para o desenvolvimento industrial do país.

Contudo, ao analisarmos a evolução da economia portuguesa nas décadas de cinquenta e sessenta, ficam-nos dúvidas sobre o êxito da política industrial seguida. Mas porquê este fracasso? Pereira de Moura situa o "esgotamento desse processo de industrialização" num conjunto de factores intrínsecos ao próprio processo (salários baixos, falta de competitividade das empresas portuguesas, mercados protegidos, etc.) e na deficiente articulação entre a indústria e a agricultura (Moura, 1969). Magalhães Godinho acrescenta ainda os efeitos negativos que a emigração e o turismo podem ter desempenhado (Godinho, 1980). Sem desprezar os argumentos dos autores citados, pensamos que outros factores devem ser equacionados. Nomeadamente, seria importante saber se as anunciadas medidas de "abertura" ao crescimento industrial correspondiam a uma opção política do Estado ou se, face à nova conjuntura surgida depois da Segunda Guerra Mundial, não passavam de um simples recuo táctico do núcleo mais ruralista do Governo. É que apesar da autoridade e do poder quase absoluto de Salazar, certamente que o Governo de então não deixava de reflectir a correlação de forças entre o núcleo mais tradicional, ruralista e avesso à industrialização do país, e os novos membros recrutados nos quadros superiores da indústria, claramente impulsionadores e apoiantes de medidas que visassem o crescimento deste sector da economia (Moura, 1969). Ora aquele recuo, ainda que eventualmente aparente, poderia ter a intenção de apagar, em parte, a imagem ambígua criada pelo comprometimento do Estado Novo com o fascismo italiano e o nazismo alemão e de "amortecer" a pressão de alguns industriais portugueses que, animados pelo crescimento da produção induzido pela substituição das importações, pretendiam desenvolver as suas empresas. Ou seja, é de questionar as intenções de abertura e liberalização manifestadas na legislação do Condicionamento Industrial, publicada no final da década de quarenta e início da de cinquenta, confrontando-a com outras fontes, de modo a obtermos indícios dos valores e das atitudes dos grupos que, neste período, mais influenciavam a orientação da política industrial do Estado Novo ⁽²⁾.

(2) Uma outra aproximação seria a análise do modo como foi aplicada a legislação do Condicionamento Industrial. A este propósito é de assinalar a aplicação discricionária em relação a alguns ramos industriais e às empresas de média dimensão (Lisboa, 1985: 195), a permissividade de alguns agentes a procedimentos menos legais e a influência de factores informais (Loureço, 1987).

É neste contexto que o estudo da legislação sobre o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo nos parece importante, uma vez que, ao situar-se na fronteira entre a produção oficial e a industrial, pode ajudar-nos a compreender alguns dos factores que condicionavam a definição da política industrial. Ou seja, para haver coerência entre as anunciadas intenções de crescimento industrial e a política realmente seguida, era necessário que fossem dados incentivos, ou no mínimo que não se criassem entraves, para que as “empresas” onde predominava o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo pudessem passar a um nível de produção industrial.

De entre toda a legislação sobre este tipo de trabalho, o Dec. n.º 38783 de 16 de Junho de 1952 parece-nos ser particularmente importante, quer pela conjuntura de transição em que se insere, quer pelo seu conteúdo. Contudo, antes de passarmos à sua análise, parece-nos importante fazer uma breve reflexão sobre os fundamentos ideológicos subjacentes à organização do Estado Corporativo, já que eles pressupõem diferentes formas de organizar o trabalho, tanto caseiro como industrial.

Na falta de estudos sobre o vector industrial do corporativismo português, vemo-nos obrigados a recorrer a obras estrangeiras que, apesar de reflectirem realidades algo diferentes, mantêm suficientes analogias para serem operatórias na nossa análise. De entre elas salientamos o estudo de Rosenstock-Frank sobre a economia corporativa italiana no tempo de Mussolini (Rosenstock-Frank, 1934). Diz-nos o autor que, apesar de os objectivos manifestos da intervenção estatal se afirmarem essencialmente económicos, “... os seus motivos mais profundos foram por vezes de ordem política” (*ibid.*: 395). Política, porque de acordo com a ideologia corporativa visavam a identificação do indivíduo com o Estado.

O problema das relações entre o indivíduo e o Estado insere-se numa discussão mais ampla, bastante viva na primeira metade deste século, sobre a viabilidade dos modelos político-económicos liberal, socialista e corporativo, como podemos verificar em Ugo Spirito, um dos ideólogos do fascismo italiano (Spirito, 1930 e 1932).

Spirito inspira-se em Alfredo Rocco para defender a ideia de que liberalismo e socialismo, apesar de aparentemente contraditórios, não passavam de duas faces de uma mesma moeda: o *materialismo*, que concebe o Estado como sendo exterior aos indivíduos. Ainda segundo o mesmo autor, os liberais concebem o Estado como tendo uma “personalidade

própria” que ameaça a sua liberdade individual, pelo que procuram restringir a sua influência, e os socialistas consideram-no uma “burocracia” que oprime os “mais desfavorecidos”. Deste modo, os dois modelos conduziriam à desintegração social e ao “caos anarquizante”, pelo que só o corporativismo conseguiria “harmonizar” os interesses particulares com os colectivos. Como? Através da criação de um Estado Corporativo que regulamentasse e unificasse as actividades dos trabalhadores, potencialmente socialistas, e dos patrões, potencialmente liberais.

Não se trata aqui de analisar as razões históricas que assistiam ou não ao autor, mas somente de constatar duas preocupações inerentes à ideologia corporativa: reforçar o papel integrador do Estado Corporativo na sociedade e evitar que pelas vias liberal e socialista surgissem contrapoderes que ameaçassem a autoridade desse Estado. Este tipo de preocupações parece ter estado igualmente presente em Portugal. De facto, já no início da década de trinta, tanto o Estatuto do Trabalho Nacional (3), como o Dec. lei n.º 23 049, referente à formação dos Grémios (4), visavam criar os instrumentos legais que permitissem “sobrepor” os interesses “gerais” do estado Corporativo aos interesses “particulares” das classes sociais, das organizações político-partidárias, dos grupos profissionais ou de pressão e dos indivíduos. Ou seja, tal como Mussolini, também Salazar era sensível à integração político-ideológica dos cidadãos, de acordo com a ideologia do Estado Corporativo.

Mesmo que a implantação do Estado Corporativo no tecido social português nem sempre se tenha feito com o ritmo desejado e de acordo com o “purismo” dos seus ideólogos (5), parece não restarem dúvidas quanto à importância da ideologia que o suportava na orientação da sua acção em geral e na definição da política industrial em particular. Ora a análise do Dec. lei n.º 38 783 de 1952, referente à regulamentação do Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo, ganha importância, na medida em que nos permite avaliar se as intenções do Estado legislador eram coerentes com o que manifestamente afirmava nas leis do Condicionamento Industrial, quanto à necessidade de facilitar e implementar o crescimento industrial, ou se, pelo contrário, ainda predominava a influência de uma mentalidade domi-

(3) Cf. Dec. lei n.º 23 048 de 23/9/1933.

(4) Dec. lei n.º 23 049 de 23/9/1933.

(5) Veja-se o papel das elites locais na mediatização do Estado Central, em Ramos, 1986.

nada pelos “fantasmas” do liberalismo e do socialismo. Mas passemos à análise da norma jurídica.

O Dec. n.º 38 783 foi publicado num contexto de aparente mudança da política industrial do Estado Novo: em 1945, Ferreira Dias defendia a necessidade de industrializar o país (Júnior, 1945), e de 1952 a 1954 foi publicada legislação sobre o Condicionamento, no sentido da maior liberalização das actividades industriais.

Como referimos anteriormente, nem sempre aquilo que vem expresso na norma reflecte a atitude do poder que a produz; por vezes, é necessário confrontá-la com outras normas, para assim se avaliar das intenções latentes desse mesmo poder. De facto, enquanto na Lei n.º 2 052, de 11/3/1952 se alargava o âmbito da intervenção da indústria privada e mais tarde, no preâmbulo do Dec. lei n.º 39 634, de 5/5/1954, se reconhecia o carácter excepcional do Condicionamento Industrial, pois seria à iniciativa privada que, sob a orientação da “organização corporativa”, caberia assegurar o crescimento económico do país, no Dec. lei n.º 38 783, de 1952, sobre o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo, afirmava-se que o problema não se devia situar só no plano económico, pois tinha “mais lata projecção”, como seja:

A grande indústria revela (...) inconvenientes na esfera social e humana, como sejam o agravamento dos conflitos sociais, a desumanização das empresas e a proletarização. ... (daí que fosse necessário fomentar)... o artesanato e as pequenas unidades, mesmo à custa da dimensão óptima da empresa e dos inerentes desperdícios de rendimento material ⁽⁶⁾.

Era por demais evidente a contradição entre o discurso manifesto sobre as intenções de impulsionar o crescimento industrial pelo reforço da intervenção da iniciativa privada, referido nas normas jurídicas sobre o Condicionamento Industrial, e a atitude que se vislumbra no texto que acabamos de citar. E não cremos que tenha sido uma posição momentânea, pois é o próprio Director Geral dos Serviços Industriais, Ferreira do Amaral, que nos diz em 1954 que o Ministro da Economia e o legislador Dr. Ulisses Cortês tinham dedicado “... a mais cuidada atenção ...” na redacção das leis do Condicionamento, tal era a delicadeza do assunto (Moniz, 1954).

2. O Decreto n.º 38 783 de 16/2/1952: uma outra visão da política indus- trial

287

⁽⁶⁾ In Dec. lei n.º 38 783 de 16 de Fevereiro de 1952.

Também em 1949 o legislador Dr. Ulisses Cortes afirmava na II Conferência da União Nacional:

...Mas esta industrialização, para não alterar a estrutura social e não nos criar uma proletarianização inconveniente, tem de evitar como *perigo mortal*, o gigantismo das grandes concentrações (Cortês, 1949).

Esta afirmação tem a grande vantagem de tornar evidentes os dois grandes fantasmas da política industrial salazarista: a proletarianização, potencialmente socialista, e o crescimento das empresas industriais, que não só contribuiria para o crescimento do peso dos estratos intermédios na estrutura social, como também poderia fomentar o desenvolvimento de aspirações de maior liberdade de acção na esfera económica, por parte do patronato. Ou seja, pretendia-se manter o *status quo*, de modo a ser mais fácil o controlo político e a integração dos segmentos que mais pudessem contestar o regime.

Encontramos objectivos semelhantes no corporativismo de Mussolini. Contudo, as estratégias seguidas em Portugal e em Itália variavam em função dos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas.

Manuel de Lucena diz-nos que, se comparado com o italiano, o Estado Novo em Portugal era um "fascismo sem movimento de massas" (Lucena, 1982), em Itália, para além de contar com o apoio de uma base social importante no Sul rural, o Estado Corporativo tinha ainda que criar os mecanismos necessários para integrar amplas camadas sociais resultantes do forte desenvolvimento industrial do Norte: ou seja, implantar-se num tecido social geograficamente heterogéneo e marcado por uma forte componente de assalariados fabris e rurais, quase sempre pouco dispostos a apoiar o regime. Como nos diz Spirito, o Estado deveria agir de modo a adequar os interesses das várias classes sociais entre si e destas com o Estado Corporativo que, em última análise, as representava. Em Portugal, a estrutura social manteve-se rural até 1960, com a maioria da população activa a trabalhar na agricultura ⁽⁷⁾ e 65% desta a viver nos distritos acima do Tejo, onde predominavam as pequenas unidades familiares ⁽⁸⁾.

⁽⁷⁾ Para 1960, 44,6% no Primário, 27,9 % no Secundário e 27,5% no Terciário (Gaspar, 1981: 94).

⁽⁸⁾ Cálculos efectuados a partir do *X Recenseamento Geral da População*, 1964.

Estas diferentes realidades sociais condicionaram os modos como os corporativismos italiano e portugueses asseguraram a tão pretendida “paz social”: Mussolini privilegiou a criação de grandes organizações interclassistas, e Salazar, sem as desprezar, agiu sobretudo ao nível do grupo familiar, como “célula base” do corporativismo.

Para o regime salazarista, a família rural apresentava a vantagem de assegurar a integração e estabilidade social pretendidas, sem grande perigo de se cair na “solidariedade de classe”, essa sim, realmente temida. Vejamos, a esse propósito, uma elucidativa passagem de um discurso do Ministro da Economia, proferido em 1949:

...a actividade rural comporta virtudes próprias de conservação e de estabilidade que se desconhecem nos aglomerados fabris. (...) o trabalho do campo, ao contacto directo com a natureza, proporciona ao homem condições favoráveis de vida, estabelecendo-se ao mesmo tempo, entre os elementos que participam na produção, relações mais estreitas e uma real comunidade de interesses, antagónica ao espírito de classes e das rivalidades que ele provoca. Reside, em grande parte, na característica agrícola o segredo da nossa magnífica unidade moral. ... (Fernandes, 1949: 145)

Face a esta perspectiva, era de esperar uma política de manutenção das características rurais do país, o que seria conseguido evitando que os 44,6% de activos que em 1960 ainda trabalhavam no primário não se transferissem para os outros sectores de actividade, em particular para o secundário. É que a haver essa mobilidade ocupacional poderiam surgir consequências pouco desejáveis para o regime, nomeadamente o aparecimento de uma camada de médios industriais, potencialmente adeptos de uma maior abertura económica e política, e a concentração de massas operárias, certamente com um maior potencial reivindicativo, tanto em relação às condições de trabalho como às formas de organização.

Passemos agora à análise das normas jurídicas a fim de, também aí, tentar encontrar sinais indicativos do sentido das atitudes e das condutas dos governantes em relação à industrialização.

Logo no preâmbulo do Dec. n.º 38 783 sobre o Trabalho Caseiro e Familiar Autônomo, explicitava-se que a família era “a primeira célula do agregado nacional”, pelo que havia todo o interesse em estimular a sua actividade produtiva, para

evitar a divisão social do trabalho resultante dos processos de tipo fabril. Mas se passarmos dos princípios orientadores para a definição dos critérios de aplicação, verificamos que os “preconceitos” em relação ao trabalho fabril e a consequente tentativa de evitar que o trabalho caseiro evoluísse para aquele tipo de produção são ainda mais evidentes. Vejamo-lo em relação a três vectores: *mão de obra, local de exercício da actividade e tipo de exploração*.

O Dec. n.º 23 630 de 5/3/1934 definia a mão de obra do trabalho caseiro como sendo aquela que era exercida “... no próprio domicílio, habitualmente por pessoas de uma mesma família ou a cargo do chefe de família que tanto num caso como noutro com este coabitem ...”.

Os contornos do grupo familiar aparecem aqui relativamente imprecisos. De facto, é pouco explícito se este grupo podia ou não ultrapassar a fronteira dos laços consanguíneos. É que se o pudesse, os proprietários das oficinas caseiras tinham um subterfúgio legal para alargar as suas empresas sem terem de se sujeitar ao Condicionamento Industrial. É de admitir que alguma permissividade tenha existido de 1934, data da publicação do decreto citado, até 1947, quando uma nova norma explicitava que a mão de obra do trabalho caseiro deveria restringir-se às pessoas que faziam parte da família por laços de sangue “... até ao terceiro grau da linha recta ou da transversal de qualquer dos cônjuges, e que com eles vivam em regime de economia familiar e sejam portugueses de nascimento ...”⁽⁹⁾. É possível que a este decreto não sejam alheias as várias tentativas de algumas pequenas empresas urbanas de tipo familiar de evoluírem para uma produção de tipo fabril, que, no entanto, pretendiam manter-se dentro dos limites legais estabelecidos para o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo.

Por outro lado, só os “lares legalmente constituídos” podiam usufruir do estatuto de Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo, e assim ficarem isentos das obrigações impostas pelo Condicionamento Industrial. Esta restrição traduz bem a preocupação do Estado de assegurar a integração dos cidadãos através da célula familiar, reconhecendo ao mesmo tempo apenas as famílias que se organizassem de acordo com as regras estabelecidas pela lei.

Como sintoma de abertura, o Dec. n.º 3783 de 1952 deixou de restringir o grau de parentesco, remetendo a sua

⁽⁹⁾ Dec. n.º 36 279 de 15 de Maio de 1947.

definição para o art.º 1582 do Código Civil, que estabelecia como limite qualquer grau da linha recta e o sexto da colateral. Contudo, o âmbito da mão de obra do Trabalho Caseiro continuava a não poder ultrapassar os limites da consanguinidade.

Quanto ao local de exercício de actividade não se verificaram variações significativas nos diversos diplomas legais que regulamentaram o Trabalho Caseiro. Todos eles reconheciam que este tipo de actividade só se podia realizar na residência do chefe de família ou em dependências anexas.

A ambiguidade que comportava o conceito de “anexo” foi imediatamente aproveitada por alguns proprietários de pequenas oficinas familiares para expandir as suas unidades produtivas. A disfuncionalidade da lei levou o Supremo Tribunal Administrativo a estabelecer que entre a casa de habitação e o anexo não podia haver terrenos e edifícios pertencentes a terceiros e que a distância não poderia ser de molde a quebrar a unidade económica que formavam a casa e a dependência⁽¹⁰⁾. Esta situação reflecte bem a tensão permanente existente entre os proprietários, que se sentiam manietados nas suas pretensões de expansão e estavam sempre atentos para aproveitar as imprecisões da lei, e o Estado, que persistia em atitudes e condutas pouco favoráveis ao desenvolvimento industrial.

Outro aspecto a ter em consideração é o do tipo de trabalho predominante na unidade produtiva.

A primeira condição imposta na definição do Trabalho Caseiro e Familiar Autónimo era a de que ele fosse “autónimo”. Isto é, exercido por conta do chefe de família ou do seu cônjuge, que deveria assumir a direcção da unidade produtiva. Contudo, esta unidade não poderia realizar todos os ciclos de produção, o que limitava significativamente as suas possibilidades de crescimento.

A questão do “trabalho autónomo” já tinha sido discutida na Assembleia Nacional, na altura da apresentação da Lei n.º 1956 de 1937 sobre o Condicionamento Industrial. Mais tarde, o Supremo Tribunal Administrativo pronunciou-se também sobre esta matéria:

... o elemento ou traço característico da autonomia do trabalho caseiro e familiar está na dependência do agregado familiar oficial sob a autoridade do respectivo chefe, sem a

(10) Cf. acórdãos de 26/11/1954 e de 18/3/1955.

subordinação a qualquer entidade patronal, e não no de unidade tecnicamente completa no respectivo ciclo de produção ...⁽¹¹⁾.

Este acórdão não só ilustra a intenção, já referida anteriormente, de apresentar o agregado familiar como a unidade de produção modelo, como também define as características que deve ter esta forma de organização do trabalho: *oficinal*, ou seja, em que a divisão do trabalho não assente em critérios classistas — do tipo patrões e operários — e sim familiares. Receava-se que a lógica da luta de classes se sobrepusesse à lógica corporativa, de tipo familiar? É o que nos dá a entender este documento.

Por outro lado, e ainda que o conteúdo do acórdão se referisse só ao trabalho caseiro, as restrições que ele implicava tornavam mais difícil o desenvolvimento de unidades produtivas técnica e organizacionalmente apetrechadas para competirem no mercado. Mas como entender esta posição se, como dissemos anteriormente, o conjunto das leis sobre o Condicionamento Industrial publicadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial apontava para a necessidade de desenvolver a indústria? Se analisarmos conjuntamente o conteúdo dos acórdãos e as intervenções do Dr. Ulisses Guimarães e do Ministro da Economia, já referidas anteriormente, encontraremos algumas pistas para compreender o porquê dessa contradição. É que a possibilidade de realizar o ciclo completo da produção poderia favorecer o aparecimento de indústrias de média e grande dimensão, com aspirações de maior liberdade de acção, que não só iriam contribuir para desestabilizar o equilíbrio de forças existente entre as grandes indústrias já instaladas e relativamente enquadradas na lógica corporativa, como também implicariam uma maior divisão social do trabalho — patrões, quadros médios e operários —, capaz de gerar solidariedades de classe e aspirações de maior intervenção política, antagónicas com a solidariedade familiar que, essa sim, era facilmente integrável pela ideologia e práticas corporativas.

O Art. 8 do Dec. n.º 38 783 ia mesmo mais longe, ao obrigar que o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo mantivesse sempre as “características iniciais” — tipo oficial —, se queria continuar a usufruir das vantagens de não estar sujeito às restrições do Condicionamento Industrial.

(11) Acórdão de 31/10/1952.

Deste modo, evitava-se que os proprietários das oficinas procedessem à modernização das poucas máquinas existentes ou à ampliação das instalações. A relativa “paz social”, eventualmente conseguida com certas medidas, iria ter como consequência a distorção da estrutura industrial, que ficaria empobrecida de médias empresas modernas e competitivas, formando-se um tecido industrial polarizado entre as poucas grandes empresas e as oficinas de tipo familiar, geralmente artesanais.

Como temos vindo a analisar, a estratégia do Governo para limitar o desenvolvimento industrial passava pelo reforço do modelo oficial de produção de tipo familiar. Todavia, foram tomadas algumas precauções para que esse trabalho não ultrapassasse as características familiares, como podemos ver no § único do Art. 2.º do Dec. n.º 38 783:

... A prova de que as componentes do agregado familiar estão nas condições deste artigo (definição do Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo) deve ser feita por *atestado da autoridade administrativa do respectivo concelho* ...

Perante o que é afirmado neste parágrafo, e se tivermos em conta os princípios orientadores e a prática do Estado Novo, podemos deduzir que se a orientação ideológica da família não estivesse de acordo com a sua, então o atestado requerido teria uma grande probabilidade de indeferimento. Podemos ainda admitir que, a nível das autoridades concelhias, nem sempre os interesses do Estado Central se sobrepujam aos interesses dos notáveis locais, pelo que é de admitir que a aplicação das normas emanadas do Estado Central fosse relativizada em função de interesses locais. De qualquer modo, é evidente a preocupação do Estado Novo de controlar as tentativas de passagem para a produção fabril e de assegurar a dependência política dos chefes de família, proprietários das oficinas.

O modelo oficial era bem o paradigma da “indústria” defendida pelo Estado Novo para a época. Ao contrário do que acontecia na Itália de Mussolini, a indústria fabril de maiores dimensões e complexidade organizacional tinha um peso reduzido na estrutura industrial portuguesa, como ainda hoje acontece, pelo que a sua integração corporativa não era um objectivo tão premente como naquele país. A Salazar bastava assegurar a fidelidade dos proprietários e o controlo policial dos assalariados das poucas grandes indústrias já existentes e evitar que as pequenas

unidades de tipo familiar evoluíssem para médias e grandes empresas.

O Condicionamento Industrial era um instrumento que se applicava só às empresas que estavam recenseadas como tendo uma produção de tipo industrial, não abrangendo, portanto, o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo. Ainda que este fosse regulado por legislação própria, é de crer que o Estado Novo não esgotasse a sua acção de integração social na formalidade dos aspectos legais, sobretudo quando se pretendia atingir o núcleo familiar, tantas vezes resistente à penetração do Estado. Como nos diz Braga da Cruz (Cruz, 1980), Salazar sabia que para alargar a sua base social de apoio não podia recorrer só a instrumentos políticos e de Estado, como defendiam os integralistas. Se pretendia agir sobre as "consciências" individuais, tinha que procurar aliados subtis e, aparentemente, neutros, como terá acontecido com a hierarquia da Igreja Católica. Nesse sentido, para o mesmo autor, os primeiros e mais importantes "arautos" do corporativismo teriam sido os círculos católicos operários, autênticos embriões do corporativismo salazarista. De facto, neles estava bem patente a ideologia interclassista do corporativismo: combate à concentração industrial e ao liberalismo, defesa do protecçãoismo estatal, apologia do paternalismo estatal nas relações laborais e defesa do modelo de empresa do tipo familiar-artesanal. Num discurso em 1949, Salazar mostra bem a importância que atribuía à Igreja Católica:

... Portugal nasceu à sombra da Igreja, e a religião católica foi desde o começo o elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. (...) A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só religião e aos ditames de uma só moral, a uniformidade católica do País foi assim, através dos séculos, um dos mais poderosos factores de unidade e coesão da Nação Portuguesa. Portanto, factor político da maior transcendência; e por esse lado nos interessa. (Salazar, 1949:23-24).

A participação da Igreja no "campo do poder" não era um fenómeno exclusivo de Portugal, como nos mostram Bourdieu e Saint Martin para França (Bourdieu e Saint Martin, 1982). Em muitos casos, a sua eficácia na integração e controlo social podiam mesmo exceder a do Estado, pois contava com um aparelho ramificado por todo o país, estava implantada em locais onde o Estado não tinha nenhum representante e servia-se de um discurso aparentemente

neutro, que mais facilmente legitimava determinados valores, crenças e práticas. Além disso, era uma Igreja difusora de valores próprios e de valores provenientes do Estado, mas que facilmente podiam ser tomados como seus. A forma como Salazar, no seu discurso, faz a apologia da pobreza e o modo como a justifica em nome dos “supremos interesses da Nação”, tem muitos pontos de contacto com a “humildade” e o conformismo defendidos pela hierarquia da Igreja Católica da época. Diz ele:

... Devo à Providência a graça de ser pobre; sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna, nem falta me fizeram nunca lugares rendosos, riquezas, ostentações. E para ganhar na modéstia a que me habituei e em que posso viver o pão de cada dia, não tenho de enredar-me na trama dos negócios ou em comprometedoras solidariedades. *Sou um homem independente.* (por isso) ...*Pude servir* (Salazar, 1949:12-13).

295

Salazar falava para os seus correligionários, num acto em que, naturalmente, pretendia mostrar-se disponível para continuar a exercer as funções que desempenhara até aí. Por isso, é provável que reforçasse a imagem de “independente” e, portanto, de disponibilidade para a governação. Contudo, as suas palavras deixam passar um conjunto de valores que revelam não só as características que, segundo Salazar, deveria ter um governante, como também a sua própria atitude em relação às actividades económicas e à dinâmica social. Nota-se um certo desprezo pelas actividades económicas lucrativas, capazes de gerar ambições e solidariedades “comprometedoras”, eventualmente diferentes da solidariedade familiar, essa sim, a preservar. E ainda a visão de uma estratificação social que não resultaria da construção dos agentes sociais, mas que seria um dado da “Providência” (à “Providência” pertenceria a determinação de ser pobre ou rico). Ou seja, um processo social que escaparia à participação dos seus actores, sendo antes determinado por um ente sobrenatural. É o apelo ao conformismo e à defesa da ordem e da estagnação social.

Um sistema de valores que reprova o desenvolvimento de aspirações de mobilidade social ascendente e que faz a apologia de um modo de vida baseado no “pão de cada dia”⁽¹²⁾ só pode alicerçar-se numa estrutura produtiva com um forte peso da economia familiar, no autoconsumo e no

⁽¹²⁾ Note-se a analogia com a frase “pão nosso de cada dia” que inicia uma oração da Igreja Católica.

trabalho oficial. Sem dúvida uma economia diferente da que seria necessária para promover o desenvolvimento industrial de Portugal nas décadas de quarenta e cinquenta. Recorrendo à tipologia proposta por Braudel para a indústria, poderíamos dizer que, para atingir esses objectivos, seriam necessárias “empresas compactas”⁽¹³⁾, de média e grande dimensões, com concentração de meios técnicos e humanos, mas que, certamente, iriam gerar aspirações de mobilidade e solidariedades de várias naturezas. Numa economia e sociedade tuteladas pelo poder central, como a portuguesa nessa época, essa opção poderia caber ao Estado. Aparentemente, as leis do Condicionamento Industrial apontavam nesse sentido, mas como vimos na legislação sobre o Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo e em várias intervenções públicas de destacados governantes do Estado Novo, prevaleciam atitudes de resistência ao desenvolvimento industrial. Aliás, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, quando os tempos aconselhavam à dinamização da indústria, continuavam a verificar-se fortes ambiguidades na condução da política industrial, provavelmente porque os grupos mais influentes no aparelho de Estado preferiam sacrificar o desenvolvimento industrial à “paz social” e à integração dos cidadãos, conforme os objectivos do Estado Novo. Esta ambiguidade havia de prevalecer até que, já na década de setenta, a alteração política do regime veio abrir outros caminhos à indústria portuguesa. ■

⁽¹³⁾ Braudel diferencia este tipo de empresas das *oficinas familiares*, onde predomina o trabalho artesanal e das *fábricas disseminadas*, que trabalham para um “mercador-fabricante” que comercializa os seus produtos. (Braudel, 1986: 267-306)

Referências Bibliográficas

- Acórdãos de 26/11/1954 (Col. of., Vol. XX, p. 430 e D.º Gov., 2.ª série, n.º 178, de 2/8/1955), de 18/3/1955 (Col. of., Vol. XXI, p. 200 e D.º Gov., 2.ª série, n.º 199, de 27/8/1955) e de 31/10/1952 — Rec.n.º 3936 caso Sebastião Graça Almeida (Vol. XVIII, p. 565).
- Bourdieu, P.; Saint Martin, M. 1982 "La sainte famille: L'épiscopat français dans le champ du pouvoir", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 44-45, Paris, 2-23.
- Braudel, Fernand 1986 *L'identité de la France - Les hommes et les choses*. Vol. III, Paris, Ed. Arthaud-Flammarion.
- Brito, J. M. Brandão 1989 *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965) — O Condicionamento Industrial*. Lisboa, Ed. D. Quixote.
- Cortês, Ulisses 1949 "Alguns Aspectos Económicos", in *Discurso Inaugural e Comunicações da II Conferência da União Nacional (1949)*, Lisboa, Ed. da U.N.
- Cruz, Manuel B. 1980 *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa, Presença.
- Dec. lei n.º 23 049 de 23/9/1933.
- Dec. lei n.º 23 048 de 23/9/1933.
- Dec. lei n.º 38 783 de 16/2/1952.
- Dec. lei n.º 39 634 de 5/5/1954.
- Dec. lei n.º 36 279 de 15/5/1947.
- Fernandes, Castro 1949 O "Momento Económico", in *Discurso Inaugural e Comunicações da II Conferência da União Nacional (1949)*. Lisboa, Ed. da U.N.
- Gaspar, Jorge 1981 *Portugal em Mapas e Números*. Lisboa, Ed. Horizonte, 2.ª ed.
- Godinho, Vitorino M. 1980 *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Ed. Arcádia, 4.ª ed.
- Júnior, J. F. Dias 1945 *Linha de Rumo*. 1º Vol., Lisboa, Clássica Edit.
- Lei n.º 2052 de 11/3/1952.
- Lei n.º 1956 de 17/5/1937.
- Lisboa, Manuel 1985 *Contribuição para o Estudo das Atitudes Colectivas dos Industriais Portugueses Face ao Estado (1950-1970)*. Memória de fim de curso, Lisboa, FCSH/UNL (texto policopiado).
- Loureiro, João Adolfo 1987 *O Quadro da Vida Empresarial na Indústria do Após-Guerra — Anos 50 e 60 (Análise de um conjunto de entrevistas)*. Lisboa (Memória de Mestrado em "Sociologia e Economia Históricas" — Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) (texto policopiado).

- | | | |
|------------------------------------|------|---|
| Lucena, Manuel | 1982 | "Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil», in <i>Análise Social</i> , n.º 72-73-74, Lisboa, 897-926. |
| Moniz, J.C. Botelho | 1954 | <i>Regime Jurídico do Condicionamento Industrial</i> . Lisboa, Ed. da Associação Industrial Portuguesa. |
| Moura, Francisco Pereira de | 1969 | <i>Por Onde Vai a Economia Portuguesa?</i> , Lisboa, Ed. D. Quixote. |
| Ramos, Rui | 1986 | "O Estado Novo perante os poderes periféricos", <i>Análise Social</i> n.º 90, Lisboa, 109-135. |
| Rosenstock-Frank, L. | 1934 | <i>L'économie corporative fasciste en doctrine et en fait</i> . Paris, Éd. Librairie Universitaire J. Gamber, 2 edit. |
| Salazar, António O. | 1949 | "Discurso inaugural da Conferência", in <i>Discurso Inaugural e Comunicações da II Conferência da União Nacional (1949)</i> , Lisboa, Ed. da U.N. |
| Spirito, Ugo | 1930 | <i>La critica della economia liberale</i> . Milan, Ed. Trèves. |
| Spirito, Ugo | 1932 | <i>I fondamenti della economia corporativa</i> . Milan, Ed. Trèves. |
| X Recenseamento Geral da População | 1964 | Tomo V, Vol. 3.º, Lisboa, Ed. I.N.E. |